

TATIANA SILVA DE ALMEIDA DIAS

**O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES NA POLÍTICA
INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA**

ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

2008

TATIANA SILVA DE ALMEIDA DIAS

**O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES NA POLÍTICA
INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA**

Monografia apresentada à banca examinadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais, sob a orientação da professora Ana Flávia Barros-Platiau.

BRASÍLIA

2008

Banca Examinadora

*Aos meus pais, Ricardo e Cléa, que sempre
acreditaram em mim.*

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora e professora, Ana Flávia de Barros Platiau, pelos ensinamentos atenciosamente oferecidos durante a elaboração deste trabalho.

Aos professores da pós-graduação, pelas ponderações brilhantes que acrescentaram meu caminho.

Aos colegas do curso, por todas as conversas e dicas que contribuíram para a concretização deste trabalho.

A todos os meus amigos, pela compreensão dos momentos de ausência.

Um agradecimento especial ao amigo Norton, por ter dedicado tempo no esclarecimento de dúvidas e pelos ensinamentos transmitidos.

Por fim, um agradecimento mais do que especial à minha irmã Nathália, pelo incentivo e apoio durante o processo de pesquisa e dissertação.

“Eu queria saber quais foram os passos que o homem deu na passagem da barbarie para a civilização.” Voltaire

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. ESTADO, NAÇÃO E CIVILIZAÇÃO	04
2. O “CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES” DE SAMUEL HUNTINGTON	10
2.1 Nova ordem multipolar e multicivilizacional	10
2.2 Civilização ocidental e ocidentalização	13
2.3 O declínio da influência do Ocidente	15
2.4 Reconfiguração cultural da política mundial	18
2.5 Países divididos culturalmente	19
2.6 O Ocidente e o Islã	19
2.7 O Islã e o resto	21
3. A “IRA MUÇULMANA” DE BERNARD LEWIS E ALGUMAS CRÍTICAS AO PARADIGMA CIVILIZACIONAL DE HUNTINGTON	23
4. TURQUIA E UNIÃO EUROPÉIA: O CHOQUE EM EVIDÊNCIA	28
5. O IMPACTO ECONÔMICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
BIBLIOGRAFIA	35

INTRODUÇÃO

Uma das características que marca o mundo contemporâneo é o crescimento de movimentos de reafirmação de identidades culturais e o ressurgimento religioso. Esses fatos têm influenciado a política internacional e o relacionamento entre os Estados. A questão do choque civilizacional passa a ser objeto de análise de vários estudiosos e intelectuais que tentam buscar uma explicação para esse fenômeno e, mais ainda, entender a dinâmica do sistema internacional no pós-Guerra Fria.

Dentre as explicações que tentam definir o funcionamento da política internacional nos nossos dias, os argumentos de Huntington, na minha opinião, são os mais satisfatórios, apesar de algumas lacunas. Por essa razão, o ponto de partida para as reflexões que resultaram no desenvolvimento da dissertação desta monografia foi a tese do “choque de civilizações”, de Samuel Huntington, cientista político americano e professor da Universidade de Harvard, que culminou na publicação do livro intitulado “O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial”, em 1996.

A teoria de Huntington apareceu pela primeira vez em 1993, com a publicação do artigo “O Choque de Civilizações?” na revista *Foreign Affairs*. Sua tese central recai na idéia de que a política mundial no pós-guerra Fria tem sido configurada por fatores de natureza cultural, diferentemente do que ocorria em anos anteriores quando aspectos ideológicos e econômicos é que caracterizavam os conflitos internacionais. Segundo Huntington, a política mundial estava entrando em uma nova fase, orientada pelas diferenças culturais entre as civilizações. Os principais conflitos desse período ocorriam entre nações de diferentes civilizações, o que ele chamou de choque de civilizações.

De acordo com os editores dessa publicação, nunca um artigo houvera causado tanta discussão, o que impeliu o autor a estender suas idéias no livro publicado em 1996. No livro, Huntington aprofunda a análise sobre o assunto, sustentando sua tese e levantando novos temas que corroboram a importância das culturas locais como motivadoras de alianças ou conflitos no mundo contemporâneo.

A tese de Huntington emergiu logo após o final da Guerra Fria, quando o mundo atravessava um período de várias transformações sociais, com o triunfo da democracia liberal e do capitalismo de mercado sobre os regimes comunistas. A década de 90 foi marcada pela intensificação da globalização em todas as suas dimensões (política, econômica, comercial, tecnológica, militar, cultural), o que levou a um aumento significativo da interação dos países no sistema internacional. Por essa razão, verificou-se uma crescente interdependência dos Estados e o conseqüente aumento de dissonâncias entre eles. Todavia, de acordo com Huntington, essas dissonâncias são, cada vez menos, pautadas por distinções ideológicas, políticas ou econômicas. Elas são culturais.

Huntington argumenta que *“o mundo pós-Guerra Fria é um mundo de sete ou oito civilizações principais. Os aspectos comuns e as diferenças moldam os interesses, os antagonismos e as associações dos Estados”*. Essa afirmação reflete a idéia de que as sociedades que compartilham uma mesma cultura tendem a cooperar entre si, enquanto que as sociedades que possuem diferentes valores fundamentais como, por exemplo, religião, estão mais propícias ao confronto. Religião, para ele, é a principal característica definidora de uma civilização, de modo que choques intercivilizacionais são geralmente conflitos entre povos de diferentes religiões.

Este estudo pretende abordar cada aspecto da teoria de Huntington e trazer a questão do choque de civilizações para o século XXI, analisando a pertinência da questão na política internacional dos nossos dias.

O trabalho se divide em cinco capítulos. O primeiro, tem um conteúdo conceitual, a fim de diferenciar alguns termos constantes desse trabalho, os quais serão a base do processo de entendimento da teoria a ser apresentada.

O segundo capítulo está dividido em sete itens que tentam dissecar o pensamento de Huntington sobre a importância do choque de civilizações, com base no seu livro.

O terceiro capítulo traz a origem do termo “choque de civilizações”, que inspirou a tese de Huntington e, em oposição, traz à tona o ponto de vista dos críticos mais fervorosos à teoria do “choque”.

No quarto capítulo, a idéia central é comprovar a consistência do paradigma civilizacional através da análise da questão da Turquia, que enfrenta grande dificuldade em

ingressar na União Européia há mais de década. O objetivo deste capítulo é trazer o choque de civilizações para os dias de hoje.

O quinto capítulo aborda um outro aspecto das relações internacionais, tão relevante quanto o paradigma civilizacional, mas que não é considerado no livro de Huntington: o papel da economia nas relações internacionais.

O pano de fundo de todo o trabalho são, sem dúvida, as diferenças culturais que moldam os relacionamentos entre os Estados e sua pertinência e importância nas relações internacionais do mundo globalizado em que vivemos. Não há, entretanto, a pretensão de entrar no campo social ou antropológico da questão, apenas apresentar uma breve análise dos fatos contemporâneos e a aplicabilidade da teoria de Huntington quinze anos após seu surgimento.

1. ESTADO, NAÇÃO E CIVILIZAÇÃO

Para um claro entendimento da nova era da política mundial que emergiu após o final da Guerra Fria, definir e diferenciar os conceitos de Estado, Nação e Civilização têm significativa importância. No sistema internacional atual, a identidade cultural dos povos exerce notável influência no relacionamento mundial e está diretamente ligada aos conceitos que serão expostos a seguir.

A história do surgimento do Estado moderno coincide com a história do surgimento dos Estados Nacionais na Europa a partir do século XV, final da Idade Média. A formação dos Estados foi um processo lento e gradual, e se consolidou em tempos diferentes. A transição do regime feudal para um novo sistema de governo envolveu a ascensão de um conjunto de fatores que deram início a um novo período histórico, caracterizado pelo nascimento de Estados absolutistas, pela maior centralização de poder sobre determinado território e pela laicização do Estado. Essa forma de organização política se estendeu a todo o mundo civilizado.

A concepção de Estado, pacífica entre os juristas, que conhecemos nos dias de hoje compreende três elementos essenciais para sua existência: território, povo e governo soberano. Nesse sentido, explica Hely Lopes Meirelles:

*Povo é o componente humano do Estado; Território, a sua base física; Governo soberano, o elemento condutor do Estado, que detém e exerce o poder absoluto de autodeterminação e auto-organização emanado do Povo. Não há nem pode haver Estado independente sem Soberania, isto é, sem esse poder absoluto, indivisível e incontestável de organizar-se e de conduzir-se segundo a vontade livre de seu Povo, e de fazer cumprir as suas decisões inclusive pela força, se necessário.*¹

¹ Direito Administrativo Brasileiro, p. 34.

No entanto, as transformações sociais que vêm ocorrendo desde a segunda metade do século passado desafiam-nos a repensar qual o verdadeiro significado do Estado de hoje, sendo que aquele conceito rígido, baseado no princípio da territorialidade, ficou ultrapassado devido à intensa globalização. O aumento da interdependência entre os Estados, o aparecimento de novos atores internacionais relevantes para a política mundial e o intenso fluxo internacional de capitais e de informações põem em dúvida os limites de extensão, de poder e de influência do Estado. A rapidez com que as informações alcançam as pessoas, a facilidade com que os recursos entram e saem de um país, o papel crucial de atores transnacionais, como organizações não-governamentais e organismos internacionais, na agenda internacional, são todos fatores que alteram o papel do Estado no mundo moderno.

Conseqüentemente, o conceito de soberania sofre questionamentos em vista desses novos fenômenos e transformações do mundo contemporâneo. A soberania absoluta do Estado converteu-se em poder relativo, como explica Bobbio:

*No nosso século, o conceito político-jurídico de Soberania entrou em crise (...), praticamente, com a crise do Estado moderno, não mais capaz de se apresentar como centro único e autônomo de poder, sujeito exclusivo da política, único protagonista na arena internacional. Para o fim deste monismo contribuíram, ao mesmo tempo, a realidade cada vez mais pluralista das sociedades democráticas, bem como o novo caráter dado às relações internacionais, nas quais a interdependência entre os diferentes Estados se torna cada vez mais forte e mais estreita, quer no aspecto jurídico e econômico, quer no aspecto político e ideológico. Está desaparecendo a plenitude do poder estatal, caracterizada justamente pela Soberania; por isso, o Estado acabou quase se esvaziando e quase desapareceram seus limites.*²

Definir Nação é tarefa mais difícil, já que compreende significados diversos e incertos. Segundo Bobbio³, Nação pode ser entendida sob várias concepções. A primeira delas seria relacionar Nação a grupo de pessoas unidas por laços naturais, ou seja, unidas pela raça, pela mesma língua, costumes e religião. No entanto, os grupos raciais não podem

² Dicionário de Política, p.1187.

³ Ibidem.

ser identificados a limites territoriais definidos, e nem sempre coincidem com as Nações modernas. Além disso, há várias Nações plurilíngües e muitas línguas são faladas em diversas Nações. Bobbio⁴ ainda atenta para o fato de que em várias Nações monolíngües como, por exemplo, França e Itália, a língua falada foi imposta por questões políticas resultando na decadência de dialetos e de línguas originais. Quanto aos costumes, estes também sozinhos não identificam uma Nação, pois regiões muito próximas, apesar de pertencerem a Nações diferentes, podem apresentar os mesmos costumes, enquanto que regiões que se situam em extremidades opostas de uma mesma Nação podem possuir costumes diferentes. Não obstante esses aspectos restritivos, é inegável que os laços naturais que unem pessoas são, entre outros elementos, identificadores de uma Nação.

Bobbio⁵ fala também de um “comportamento nacional”, ou seja, comportamento de fidelidade com relação aos Estados que excede a fidelidade política e implica a presença de outros valores. Sob essa concepção, o Estado perde suas características físicas e se torna uma entidade ilusória capaz de despertar um sentimento nacional. Sendo assim, como inexiste um elemento concreto que caracterize uma Nação, torna-se muito difícil confirmar sua existência quando há ausência de um sentimento consciente de fidelidade.

Por outro lado, Badie⁶ acredita que o Estado atual não exerce suas três funções básicas, que seriam a promoção do bem-estar social, a estabilidade econômica e a segurança. Além disso, o Estado teria perdido o monopólio de socialização dos indivíduos e, portanto, essa fidelidade do indivíduo em relação ao Estado seria muito mais tênue nos dias de hoje.

Ao longo do tempo, a exaltação do sentimento nacional tem sido utilizada para mobilizar grupos de pessoas com o objetivo de obter interesses políticos. Representantes de um Estado podem evocar o nacionalismo e os elementos que constituem os laços naturais de um grupo para mover massas de acordo com seus interesses. O sentimento de pertencer a uma Nação é subjetivo e tem sido usado por diversas autoridades políticas para despertar nas pessoas o sentimento de fidelidade a uma Nação. Portanto, a ideologia de Nação é um instrumento de poder capaz de unificar Estado e Nação, território e povo, isto é, delimitar fronteiras a certo grupo de pessoas e a elas atribuir a mesma língua, a mesma cultura, a mesma história.

⁴ Dicionário de Política.

⁵ Ibidem.

Exemplo de que nem sempre Estado e Nação caminham juntos foi o neocolonialismo do século XIX, quando as potências européias conquistaram e repartiram o território africano entre si. Fronteiras foram demarcadas ao capricho de impérios expansionistas, desrespeitando os povos locais e as diferentes etnias que habitavam aquela região. O país colonizador impunha sua própria língua e cultura ao colonizado e, assim, formaram-se as Nações africanas que carregam, até os dias de hoje, os problemas advindos dessa barbárie.

Outro conceito infinitamente complexo é o de Civilização. Vários historiadores, sociólogos e intelectuais já debateram sua definição e tentaram explicar o seu alcance. Para Durant ela é:

*a ordem social a promover a criação cultural. Constituem-na quatro elementos: provisão econômica, organização política, tradições morais e acúmulo de conhecimentos e artes. Começa quando o caos e a insegurança chegam ao fim. Porque logo que o medo é dominado, a curiosidade e a construtividade se vêem livres, e por impulso natural o homem procura a compreensão e o embelezamento da vida.*⁷

Durant⁸ entende que a transmissão da cultura e dos valores de uma civilização para as gerações futuras é feita através da educação, transferida de pais para filhos, dos mais velhos para os mais moços. E cabe aos meios de comunicação e ao comércio estabelecer o contato das civilizações entre si, de modo a preservar os valores adquiridos para as culturas vindouras.

Para Cascudo, Civilização não se transmite; o que se transmite é a cultura. Esta “difunde-se pela migração, imitação, irradiação”⁹. Um estilo arquitetônico, um ritmo musical, um sistema administrativo ou uma técnica de trabalho se espalham pelo mundo sem que o país de destino absorva a civilização originária que os produziram. Nas suas palavras “A essência da civilização é intransferível. Sua conservação no tempo é surpreendente”¹⁰. Uma nação pode importar roupas, cinema, cardápios, porém nada disso

⁶ Curso Espace Mondial, Unb/Sciences Po de Paris, 2007.

⁷ História da Civilização, p. 3.

⁸ Ibid., mesma página.

⁹ Civilização e Cultura, p. 28.

¹⁰ Ibid., mesma página.

disfarça as particularidades de um outro contexto humano. Quando se está em outra nação, padrões universais não suprimem o sentimento de ser estrangeiro, de sentir-se fora de casa.

Ainda citando Cascudo:

As unidades culturais sobrevivem ao desaparecimento da civilização como partículas que se libertaram de uma gravidade e giram ao redor de outro núcleo. Assim as civilizações do Egito, Suméria, Babilônia, Grécia, Roma, a inca do planalto dos Andes e tantas outras prolongam contemporaneamente sua existência nos elementos culturais vivos, identificados em alheios e distantes complexos civilizadores. Razão tem Sorokin quando afirma que nenhuma grande civilização morreu inteiramente, como Spengler decretara.¹¹

Huntington¹², ao expor o seu entendimento de civilização, evoca diversos pensadores e cientistas sociais em uma extensa discussão sobre esse conceito. Desse modo, ele a caracteriza da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, para ele “há uma distinção entre civilização, no singular, e civilizações, no plural”¹³. Aquela se opõe ao conceito de barbarismo e fornece um padrão pelo qual as sociedades do séc. XVIII podiam ser julgadas conforme seu grau de alfabetização e urbanismo. Mas o objeto de estudo de Huntington são as civilizações no plural.

Em segundo lugar, para ele civilização “é uma entidade cultural (...). Civilização e cultura se referem, ambas, ao estilo de vida em geral de um povo”¹⁴. Civilização é identificação cultural no sentido mais amplo. Para sustentar essa idéia, Huntington cita Bozeman:

*As duas [civilização e cultura] envolvem ‘os valores, as normas, as instituições e os modos de pensar aos quais sucessivas gerações numa determinada sociedade atribuíram uma importância fundamental’.*¹⁵

¹¹ Civilização e Cultura, p. 31.

¹² O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial., *passim*.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Bozeman, Civilizations Under Stress, p. 1, *apud* Samuel Huntington. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial, p. 46.

Sendo entidades culturais e não políticas, as civilizações não arrecadam impostos, não criam leis nem são responsáveis pelas atividades que cabem ao governo. “A composição política das civilizações varia entre elas (...). Uma civilização pode assim conter uma ou mais unidades políticas (...) tod[a]s el[a]s podendo ter formas várias de governo”¹⁶. Diferentemente do Japão, cuja civilização é um Estado, a maioria das civilizações contém mais de um Estado ou outra entidade política.

Em terceiro lugar, Huntington afirma que:

*Civilização e raça não são a mesma coisa. Povos da mesma raça podem estar profundamente divididos pela civilização e povos de raças diferentes podem estar unidos pela civilização. Em especial as grandes religiões missionárias, o Cristianismo e o Islã, abrangem sociedades com variedade de raças. As distinções cruciais entre os grupos humanos se referem a seus valores, crenças, instituições e estruturas sociais, não a seu tamanho físico, formato da cabeça e cor da pele.*¹⁷

Em quarto lugar, Huntington atribui outra característica à civilização afirmando que ela é “definida por elementos objetivos comuns, tais como língua, história, religião, costumes, instituições e pela auto-identificação subjetiva das pessoas”¹⁸.

Além de todos os fatores mencionados que definem civilização, Huntington ainda lembra que:

*As civilizações não têm fronteiras nitidamente definidas nem começos e fins precisos. Os povos podem redefinir (...) suas identidades e, em conseqüência, a composição e as formas das civilizações mudam com o tempo. As culturas dos povos interagem e se superpõem. (...) Elas evoluem, se adaptam (...), ascendem e caem, se fundem e se dividem e (...) também desaparecem.*¹⁹

¹⁶ O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial., p. 49.

¹⁷ *Ibid*, p. 47.

¹⁸ *Ibid*, p. 48.

¹⁹ *Ibid*, p. 48-49.

2. O “CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES” DE SAMUEL HUNTINGTON

Desde o fim da Guerra Fria, o sistema internacional vem passando por transformações de toda ordem. O mundo deixou de ser bipolarizado e o novo contexto deu ensejo ao desenvolvimento de uma nova ordem mundial, ainda em construção. A intensificação da globalização, como nunca visto antes, vem proporcionando uma interação cada vez maior entre os povos, de modo que estimula a cooperação quando ela é conveniente, ao mesmo tempo em que gera dissídios sobre a infinidade de temas que fazem parte da agenda internacional contemporânea. A diversidade cultural tornou-se um desafio para a política mundial.

O “choque de civilizações” de Huntington visa interpretar a evolução dos acontecimentos internacionais nos últimos tempos, tendo como paradigma o enfoque civilizacional e o impacto que a cultura tem na política mundial. Segundo Huntington, no mundo pós-Guerra Fria, a coesão, a desintegração e o conflito entre as nações são baseados nas identidades culturais.

As idéias a seguir expostas correspondem ao pensamento de Huntington, desenvolvido em seu livro “O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial”.

2.1 Nova ordem multipolar e multicivilizacional

Na primeira parte do livro, Huntington expõe seu entendimento sobre as transformações do mundo pós-Guerra Fria. Ao contrário do que ocorria nas relações internacionais antes da década de 90, quando o mundo era bipolar, dividido entre os países democráticos liderados pelos Estados Unidos e os comunistas associados com a União Soviética, o novo sistema internacional seria multipolar, compreendendo pelo menos seis

potências principais que provêm, em sua maioria, de civilizações diferentes, e outros países de tamanho médio. Os conflitos do mundo contemporâneo não mais seriam deflagrados por diferenças ideológicas ou por lutas entre classes sociais, mas sim entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais.

*No mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. Elas são culturais. (...) A rivalidade das superpotências é substituída pelo choque das civilizações.*²⁰

Nesse novo mundo, países que possuem uma mesma cultura, ainda que com ideologias diferentes, tenderiam a associar-se e a cooperar entre si. Já os países culturalmente diversos, mesmo que unidos pela ideologia, se distanciariam, como ocorreu com as repúblicas da extinta União Soviética. *“Os aspectos comuns e as diferenças moldam os interesses, os antagonismos e as associações dos Estados”.*²¹

Huntington, a princípio, se utiliza da teoria realista para analisar as relações internacionais do mundo pós-Guerra Fria. Para ele, os Estados continuam sendo os principais atores internacionais, pois são eles que mantêm exércitos, que travam guerras, que fazem a diplomacia. Apesar disso, ele reconhece que esse paradigma estatista é limitado, pois considera o poder como sendo o único elemento que leva os Estados a definir seus interesses. Na verdade, Huntington menciona outros fatores que exercem influência ampla e profunda sobre a forma de proceder do Estado como, por exemplo, valores, cultura e instituições. Sendo assim, os Estados com culturas e instituições semelhantes verão um interesse comum e dificilmente lutarão entre si.

Além do paradigma estatista, Huntington observa o mundo atual sob outro paradigma, muito próximo da realidade, o paradigma do caos. Sob essa óptica, os Estados, nos tempos modernos, enfrentam o enfraquecimento da soberania que vem ocorrendo com a intensificação da globalização, favorecendo o surgimento de grupos criminosos internacionais, o aumento do número de refugiados, de conflitos tribais, étnicos e religiosos, a proliferação de armas nucleares.²²

²⁰ P. 20-21.

²¹ P. 29.

²² Acrescente-se que a soberania estatal é enfraquecida por dois grandes movimentos: um exógeno, que corresponde à pressão política, econômica e militar dos países mais fortes sobre os mais fracos, a influência

Huntington conclui que esses paradigmas parecem opostos já que, ou as relações internacionais são analisadas com enfoque no Estado sólido ou são moldadas por um mundo dilacerado por lutas entre grupos étnicos e nacionalidades. A solução encontrada por Huntington foi visualizar o mundo em termos civilizacionais a fim de incorporar elementos dos dois paradigmas. Dessa maneira, ele considera os Estados os atores mais importantes nos assuntos internacionais, porém seus interesses, associações e conflitos são cada vez mais moldados por fatores culturais e civilizacionais. A relevância do paradigma civilizacional seria o fato de que muitos acontecimentos que vieram a ocorrer com o fim da Guerra Fria são compatíveis com ela e poderiam ter sido previstos.

Há divergências entre os estudiosos quanto ao número de civilizações existentes no mundo moderno. Depois de analisar vários autores, Huntington apresenta seu entendimento sobre quais seriam as principais civilizações contemporâneas, reconhecendo oito, a seguir especificadas:

- Sínica: descreve a cultura comum da China e das comunidades do Sudeste Asiático, bem como a da Coreia e do Vietnã.
- Japonesa: apesar de ter derivado da cultura chinesa, é distinta e autônoma, correspondendo a um único Estado-núcleo, o Japão.
- Hindu: como a sínica, o nome “hindu” separa o nome da civilização do nome do seu Estado-núcleo, pois a cultura se estende para além da Índia, abrangendo, por exemplo, o Camboja.
- Islâmica: originou-se na Península Arábica no século VII d.C. e se espalhou pelo norte da África, Península Ibérica, Ásia Central e Sudeste Asiático, abrangendo culturas distintas, como a árabe, a turca, a persa e a malaia.
- Ortodoxa: tem como Estado-núcleo a Rússia. Separada da Cristandade Ocidental por sua ascendência no Império Bizantino, o Romano do Oriente, que depois passou a ter uma especificidade toda própria. A exposição limitada ao Renascimento, ao

das decisões de organismos internacionais, como ONU e OMC, que afetam a política interna dos Estados, além da opinião pública mundial; também um movimento endógeno, ou seja, forças que nascem dentro da sociedade civil, como igreja, organizações criminosas, grupos de interesse, paramilitares, que podem ser transnacionais também.

Iluminismo e a influência do domínio tártaro, produziram uma realidade muito distinta da ocidental.

- Ocidental: é dada como tendo surgido por volta de 700 ou 800 d.C. e compreende a Europa, a América do Norte, além dos países de colonização européia, como Austrália e Nova Zelândia.
- Latino-americana: produto da civilização européia, incorpora também culturas indígenas. Pode ser considerada uma subcivilização dentro da civilização ocidental.
- Africana (possivelmente): ao contrário dos principais estudiosos de civilização, com exceção de Braudel, Huntington reconhece a África como uma possível civilização emergente, sendo que o norte e o leste da África pertencem à civilização islâmica e a África sub-saariana recebeu grande influência dos colonizadores europeus. Contudo, os africanos estão cada vez mais desenvolvendo uma noção de identidade africana e a África do Sul seria o Estado-núcleo dessa civilização.

Quanto à civilização judaica, Huntington diz que a maioria dos estudiosos mal a menciona. Para ele, ela está associada tanto com o Cristianismo como com o Islã. Como há muitos judeus espalhados por outras civilizações, eles acabam se identificam com a civilização dentro da qual residem.

A civilização ocidental é a única identificada por uma direção da bússola e não pelo nome de um povo ou religião.

2.2 Civilização ocidental e ocidentalização

O século XIX foi marcado pela expansão do domínio político e econômico ocidental sobre os países não-ocidentais. Ainda vemos no século XX o predomínio cultural do Ocidente sobre outras sociedades. Mas quais seriam as características identificadoras da civilização ocidental? O que a difere das sociedades não-ocidentais?

De acordo com Huntington, a característica mais importante da civilização ocidental é o Cristianismo. Historicamente, o que hoje é chamado de civilização ocidental fazia parte da Cristandade ocidental.

Ainda segundo ele, outro aspecto que caracteriza a civilização ocidental é a multiplicidade de idiomas de seus povos, o que a difere das outras civilizações que, na sua maioria, compreendem um único idioma.

Huntington indica, ainda, outro ponto que marca a civilização ocidental: a separação de política e religião que sempre existiu. Ele afirma que apenas na civilização hindu houve também uma separação tão nítida, sendo que, nas outras civilizações, a autoridade política se confunde com a religiosa, como no caso da islâmica ou da sínica.

Além disso, o Ocidente teria herdado muitos valores das civilizações clássicas, entre eles a supremacia da lei, instrumentalizada no Direito Romano, ou seja, a idéia de que o homem deve se subordinar a um controle regulatório. Essa tradição *“assentou as bases para o constitucionalismo e a proteção dos direitos humanos, inclusive os direitos de propriedade, e também contra o exercício do poder arbitrário.”*²³

Outra característica predominante no Ocidente seria o individualismo, que envolve uma tradição de direitos e liberdades individuais únicos dentre as sociedades civilizadas.

Para Huntington, a expansão da civilização ocidental para o resto do mundo causou a ocidentalização de outras civilizações e promoveu a modernização dessas sociedades. De fato, a civilização ocidental foi pioneira no processo de modernização que se iniciou no século XVIII com a industrialização. Desde então, os avanços científicos e tecnológicos e a grande interação das sociedades ocidentais com o resto do mundo tornaram o Ocidente altamente moderno e um referencial buscado por outras sociedades. Apesar disso, a ocidentalização gerou reações diversas naqueles países em consequência do impacto que causou. Algumas nações permitiram a ocidentalização, outras a rejeitaram, e outras ainda tentaram combinar a modernização com a sua cultura autóctone.

Em suma, ocidentalização e modernização não seriam a mesma coisa. As diversas civilizações teriam capacidade plena de se modernizar sem que para isso tenham que incorporar os valores e as instituições ocidentais. Ao contrário, *“a modernização reforça*

²³ P. 84.

*essas culturas [não-ocidentais] e reduz o poder relativo do Ocidente. De modos fundamentais, o mundo está ficando mais moderno e menos ocidental.”*²⁴

2.3 O declínio da influência do Ocidente

Na segunda parte do livro, Huntington aborda o predomínio e o declínio do Ocidente no mundo atual. São duas visões opostas, porém, de acordo com ele, as duas correspondem à realidade.

É bem verdade que a civilização ocidental tem grande influência econômica, política e militar em todas as outras civilizações. Para ilustrar tal afirmação, basta mencionar o fato de que as nações ocidentais controlam todas as moedas fortes, são o principal cliente do mundo, capazes de maciça intervenção militar e controlam o ensino técnico de ponta. Desse modo, em termos de poder e influência, é indiscutível o predomínio ocidental no sistema internacional. No entanto, mudanças vêm ocorrendo no equilíbrio de poder entre as civilizações provocando o declínio do Ocidente em favor de civilizações asiáticas, como a China, cujos poder e influência mundial aumentam gradualmente. Como salienta Huntington,

*Esses deslocamentos de poder entre as civilizações estão levando e irão levar à revitalização e a uma maior afirmação cultural das sociedades não-ocidentais e à sua rejeição cada vez maior da cultura ocidental.*²⁵

De forma geral, o Ocidente continuará a exercer significativa influência nos países do sistema internacional por um longo período. Porém, o poder está se dissipando para países avançados de civilizações não-ocidentais provocando processos globais de indigenização e o ressurgimento das culturas não-ocidentais.

Durante muito tempo, os valores da civilização ocidental foram considerados superiores aos das outras civilizações e eram vistos como sendo a causa da riqueza e da

²⁴ P. 94.

prosperidade do Ocidente. Nesse sentido, os valores e instituições ocidentais foram perseguidos e reproduzidos pelas sociedades não-ocidentais que achavam que a ocidentalização seria o segredo do sucesso. Atualmente, porém, essa idéia da ocidentalização foi abandonada, principalmente na Ásia oriental, e os povos não-ocidentais procuram a auto-afirmação de sua própria cultura. Começaram a rejeitar a cultura ocidental e a valorizar todos os aspectos que possuem que os diferenciam do Ocidente. Esse fenômeno é chamado de indigenização, ou seja, rejeição dos valores ocidentais, surgimento de movimentos nativistas e ressurgimento do fundamentalismo religioso em várias partes do mundo.

Com referência ao ressurgimento religioso mundial, Huntington afirma que ele representa o repúdio à influência européia e norte-americana sobre as sociedades locais e que a *“revitalização das religiões não-ocidentais é a mais forte manifestação de antiocidentalismo nas sociedades não-ocidentais”*.²⁶ As causas que ele aponta para a emergência de fundamentalismos religiosos vão desde o caos social e econômico que abala o mundo desde a segunda metade do século XX, provocado, entre outros motivos, pela modernização, até a perda de identidade dos povos não-ocidentais resultante da ocidentalização.

De acordo com Huntington, os movimentos fundamentalistas têm ocorrido por todos os cantos do mundo, a começar pelas ex-Repúblicas comunistas da União Soviética que, uma vez arruinadas com o fim da Guerra Fria, passaram por uma revitalização religiosa que preencheu o vácuo deixado pelo desmoronamento da ideologia. Simultaneamente, uma revitalização islâmica dispersou-se pela Ásia central. Também na Índia, o fundamentalismo estaria aumentando e é basicamente um fenômeno da classe média. Na América Latina, percebe-se a disseminação do Protestantismo que estaria, cada vez mais, conquistando fiéis fervorosos.²⁷

De modo geral, os movimentos de revitalização religiosa são uma resposta ao secularismo, à modernização e à incorporação de políticas e padrões que não convergem com os costumes locais. Eles refletem o desejo de afirmação dos povos e podem ter um

²⁵ P. 99.

²⁶ P.124.

²⁷ No Brasil, é notável o aumento do número de Igrejas evangélicas que conquistam cada vez mais fiéis de todas as camadas sociais. Os evangélicos, em sua maioria, são convertidos, o que significa que resolveram aderir à religião por conta própria. Por essa razão, tendem a se tornar militantes da causa, ou seja, levam a prática religiosa a sério.

impacto político significativo. Em suma, o ressurgimento das religiões não-ocidentais representa um antiocidentalismo, uma rejeição não da modernidade, mas do secularismo e da ocidentalização.

Segundo Huntington, o ressurgimento das culturas não-ocidentais tem sido mais vigoroso nas civilizações asiáticas e islâmicas, que desafiam o Ocidente rejeitando sua cultura e seus valores. Na Ásia, o impressionante crescimento econômico proporciona fortalecimento do poder de negociação internacional à região. No islã, o ressurgimento cultural é sustentado pela mobilização social e pelo grande crescimento populacional, ameaçando as sociedades não-muçulmanas.

Huntington entende que o êxito econômico da Ásia gerou autoconfiança nos seus povos e, conseqüentemente, alterou o relacionamento dos países asiáticos com os ocidentais. Para ele, os países da Ásia Oriental, hoje, não crêem mais na superioridade dos Estados Unidos e da Europa, pois perceberam que eles próprios também são capazes de alcançar riqueza e poder sem abdicar de seus valores. Tanto China quanto Japão, no final do século XX, teriam se engajado em uma política nacionalista, de afastamento dos Estados Unidos e de reidentificação com as tradições confucianas e japonesas.

Enquanto os asiáticos passam por um processo de reidentificação com as tradições asiáticas e reafirmação de sua cultura, o ressurgimento islâmico aparece como uma forma de encontrar a solução dos problemas do mundo moderno. O Islamismo não é apenas uma religião, mas um estilo de vida. Está imiscuído nos assuntos políticos, morais e sociais dos muçulmanos. Atingiu quase todas as sociedades muçulmanas. A islamização política tem sido o mais importante desdobramento do ressurgimento islâmico a partir do último quartel do século XX. Atrai pessoas jovens, instruídas, de classe média, orientadas para a modernidade. O fundamentalismo islâmico cresce também em meio aos migrantes urbanos, que saíram dos campos e lotaram as metrópoles muçulmanas. O crescimento populacional islâmico provoca a migração desses povos para sociedades ocidentais e não-ocidentais, podendo originar conflitos entre muçulmanos e outros povos.

Sobre o impacto político do Islamismo, Huntington afirma que:

Durante as décadas de 70 e 80, uma onda de democratização varreu o mundo, abrangendo várias dezenas de países. Essa onda teve um impacto nas sociedades muçulmanas, porém de proporções limitadas.

*Enquanto movimentos democráticos estavam ganhando força e chegando ao poder na Europa Meridional, na América Latina, na periferia da Ásia Oriental e na Europa Central, os movimentos fundamentalistas islâmicos estavam simultaneamente ganhando força nos países muçulmanos.*²⁸

O autor conclui que o crescimento econômico asiático juntamente com a pressão populacional muçulmana para além das sociedades islâmicas terão um efeito desestabilizador sobre a ordem internacional e o equilíbrio de poder. Como resultado, Huntington prevê o aumento de poder das sociedades não-ocidentais e o provável choque das civilizações não-ocidentais com as ocidentais e entre si.

2.4 Reconfiguração cultural da política mundial

A terceira parte do livro analisa o atual ordenamento da política mundial e mostra que os alinhamentos antes definidos pelas ideologias estão dando lugar aos alinhamentos definidos pela cultura e pela civilização. Países de mesma cultura tendem a se aproximar e a cooperar entre si. Países de culturas diferentes estão se afastando. Fronteiras políticas estão sendo redefinidas com base nas fronteiras culturais, levando em conta etnia, religião e civilização.

No mundo novo, o que define o lugar do Estado na política mundial é sua identidade cultural. Os países estão se reorientando em busca de uma aproximação com aqueles culturalmente semelhantes. Por essa razão, a maior parte dos europeus não aceita um Estado muçulmano, a Turquia, na União Européia, estendendo a discussão sobre a entrada desse país na UE há anos. Nos Bálcãs, a Sérvia ortodoxa recebe apoio da Rússia, a Croácia católica da Alemanha e a Bósnia muçulmana é apoiada pela Turquia.

Nesse sentido, com o fim da Guerra Fria, os Estados estão redirecionando suas associações para países que tenham a mesma cultura, porém nem sempre os alinhamentos políticos e econômicos coincidem com os civilizacionais. Por exemplo, a aliança dos

²⁸ P. 140-141.

Estados Unidos com o Japão, ou a participação de Grécia e Turquia como membros da OTAN.

Outro ponto levantado no livro é o fato de que as organizações que compreendem países de mesma civilização serem mais eficientes do que as organizações multicivilizacionais, tanto organizações políticas quanto econômicas. Para comprovar essa tese, Huntington compara a evolução e os avanços da União Européia com a lentidão da ASEAN multicivilizacional, na Ásia, em estabelecer uma zona de livre comércio. Além disso, os países membros da ASEAN estão expandindo seus orçamentos militares e engajados em programas de rearmamento, diferentemente do que ocorre com os membros da UE. Portanto, só haveria organizações eficientes e de peso enquanto seus membros compartilhassem aspectos culturais que as sustentassem.

2.5 Países divididos culturalmente

Quase todos os países incluem mais de um grupo étnico, racial ou religioso. Porém, em alguns deles, essas diferenças desempenham um papel decisivo na política do país. Ocorre que, muitas vezes, as fronteiras do Estado não coincidem com os grupos étnicos que nele habitam e acabam entrando em conflito pela dominação do território ou pela separação e independência. A probabilidade de tensões mais violentas ocorre em países divididos culturalmente, ou seja, naqueles que compreendem mais de uma civilização. Por exemplo, a guerra civil no Sudão, entre cristãos e muçulmanos, que já se arrasta há décadas; a Índia, onde há fratura civilizacional entre hindus e muçulmanos; a antiga Iugoslávia, onde habitam ortodoxos, cristãos e muçulmanos.

2.6 O Ocidente e o Islã

A parte IV do livro tem como tema os conflitos intercivilizacionais entre o Ocidente e “o resto”, principalmente o Islã e a China. Em linhas gerais, os conflitos envolvendo o Ocidente seriam predominantes pelo fato de que o Ocidente sustenta pretensões universalistas, além de já ter exercido impacto sobre todas as outras civilizações.

O colapso do comunismo fez com que o liberalismo democrático do Ocidente fosse visto como a ideologia vitoriosa e, por essa razão, deveria ser exportada para o resto do mundo. Para Huntington, os Estados Unidos, grande disseminador da democracia e dos valores liberais, estão convencidos de que esses valores deveriam ser aplicados e seguidos pelos Estados não-ocidentais e tentam impor a democracia às outras sociedades. À medida que as sociedades não-ocidentais adquirem independência política e alcançam um crescimento econômico, começam a contestar o domínio político, militar e cultural do Ocidente.

Huntington aponta o Islã e a China como sendo civilizações desafiadoras. Como as sociedades islâmicas e sônicas vêem o Ocidente como um adversário comum, teriam razões para cooperar entre si contra o Ocidente. Além do mais, a maior resistência contra a democratização teria vindo do Islã e da Ásia, justamente por consequência do ressurgimento islâmico e da afirmação da cultura asiática.

Desde tempos remotos as relações entre o Cristianismo e o Islamismo são conflituosas²⁹, afirma Huntington, resultado natural das diferenças entre essas duas religiões, a começar pela concepção cristã secular que separa religião e política, oposta à concepção islâmica. Ambas as religiões são universalistas e acreditam que sua fé é a única verdadeira. As duas são religiões missionárias que se expandiram pela conquista. Desse modo, as adversidades se sobrepõem no relacionamento entre as duas civilizações.

Os conflitos entre o Ocidente e o Islã têm definido suas relações durante muito tempo. A intensificação desses conflitos, a partir do final do século XX, teria como causas o ressurgimento islâmico, os esforços do Ocidente para manter sua superioridade econômica e militar e para intervir no mundo muçulmano, gerando ressentimento do seu

²⁹ Sobre esse ponto, Huntington parece não ter levado em conta a ocupação moura na Península Ibérica por cerca de 800 anos, período que não foi totalmente marcado por guerras, sendo que cristãos e mouros conviveram e se respeitaram.

povo. Por outro lado, a explosão demográfica de muçulmanos provoca migrações e contribui para a intolerância de uma sociedade em relação à outra.

Segundo Huntington, a postura política de países muçulmanos em relação ao Ocidente é percebida desde o final do século XX. Governos que logo após o período colonial eram pró-ocidentais em suas diretrizes políticas e econômicas, com algumas exceções, deram lugar a governos antiocidentais no Irã, Iraque, Líbano, Afeganistão, Sudão etc. Os dois aliados muçulmanos dos Estados Unidos na Guerra Fria, Turquia e Paquistão, estão sob pressão fundamentalista islâmica internamente e sua aproximação com o Ocidente estaria sujeita à tensão. De modo geral, os temas centrais de controvérsia entre o Ocidente e o Islã abrangem terrorismo, proliferação de armas e imigração.

Concluindo, Huntington entende que o grande problema do Ocidente é o Islã, uma civilização cujo povo acredita na superioridade da sua cultura e não entende a inferioridade de seu poderio. O problema do Islã é o Ocidente, pois os ocidentais estão convencidos da superioridade de seu poder e de suas instituições e querem impô-las ao resto do mundo.

2.7 O Islã e o resto

*“As fronteiras do Islã são sangrentas”*³⁰ foi o comentário de Huntington que causou mais polêmica. Segundo ele, as provas comprovam que os muçulmanos travam mais guerras do que povos de qualquer outra civilização. No início dos anos 90, a maioria das guerras intercivilizacionais envolvia muçulmanos contra não-muçulmanos ou dentro do próprio Islã.

Huntington aponta algumas causas para a propensão dos muçulmanos para os conflitos. Primeiramente, a origem violenta do Islã está entranhada em suas raízes. Em segundo lugar, a expansão do Islamismo desde suas origens colocou os muçulmanos em contato com outras civilizações que foram conquistadas e convertidas, levando à aproximação física de povos de culturas diferentes. Em terceiro lugar, os muçulmanos são

³⁰ P. 328.

mais intolerantes do que hindus, cristãos, confucianos, ou seja, por terem uma fé absolutista, não aceitam com facilidade as minorias não-muçulmanas dentro dos países muçulmanos. Uma quarta explicação para a propensão de conflitos entre muçulmanos é a inexistência de um Estado-núcleo dominante no Islã. Países muçulmanos competem por influência dentro do Islã e nenhum deles tem capacidade para lidar com conflitos entre muçulmanos e não-muçulmanos. Finalmente, a explosão demográfica nas sociedades muçulmanas é uma fonte de instabilidade e violência.

Em suma, Huntington conclui que as diferentes civilizações deveriam aprender umas com as outras. O Ocidente deveria tomar consciência de que é uma civilização singular, não universal, e que seus valores não são únicos muito menos uma forma definitiva da sociedade humana. Acima de tudo, reconhecer que a intervenção ocidental nos assuntos de outras civilizações é fonte de instabilidade em um mundo multicivilizacional.

*O multiculturalismo doméstico ameaça os Estados Unidos e o Ocidente. O universalismo externo ameaça o Ocidente e o mundo. Ambos negam a singularidade da cultura ocidental. Os multiculturalistas domésticos querem fazer os Estados Unidos serem como o mundo. Estados Unidos multiculturais são impossíveis porque os Estados Unidos não-ocidentais não são os Estados Unidos. Um mundo multicultural é inevitável, porque o império global é impossível. A preservação dos Estados Unidos e do Ocidente requer a renovação da identidade ocidental. A segurança do mundo requer a aceitação da multiculturalidade global.*³¹

³¹ P. 405.

3. A “IRA MUÇULMANA” DE BERNARD LEWIS E ALGUMAS CRÍTICAS AO PARADIGMA CIVILIZACIONAL DE HUNTINGTON

Antes de apresentar os críticos mais fervorosos à teoria do choque de civilizações, é necessário fazer uma breve referência a Bernard Lewis, orientalista britânico de origem judaica que, em 1990, escreveu o ensaio “*The Roots of Muslim Rage*” ou “As Raízes da Ira Muçulmana”, no qual ele explica a razão do ressentimento do Islã pelo Ocidente e o porquê dessa ira não ser facilmente mitigada. Foi a partir da análise de Lewis sobre o desentendimento entre o Ocidente e o mundo islâmico que surgiu a expressão “choque de civilizações”, dando respaldo à obra de Huntington.

Para sustentar sua percepção da ira muçulmana contra o Ocidente, Lewis³² faz algumas afirmações de caráter histórico às quais ele atribui a origem da rivalidade entre o Ocidente e o mundo islâmico. Uma primeira razão para a existência de divergências entre essas civilizações seria o fato de que, desde o advento do Islã no século VII, a Cristandade, nesse momento identificada com a Europa, é reconhecida como um genuíno rival. A luta entre as duas civilizações consistia em longas séries de ataques e contra ataques, *jihads* e cruzadas, conquistas e reconquistas. Nos primeiros tempos, o Islã estava avançando e conquistando terras cristãs na Europa e norte da África. No entanto, há mais ou menos três séculos, o Islã tem estado na defensiva, e a civilização cristã ocidental tem mantido o mundo, inclusive o Islã, sob sua órbita.

Outra razão para a onda de revolta contra o Ocidente seria a perda de autoridade do Islã nos seus próprios territórios, mediante a invasão de idéias estrangeiras, leis e modos de vida estranhos ao islamismo. Todos esses fatores estariam desorganizando a sociedade islâmica e violando seus valores dentro de sua própria civilização, provocando o sentimento muçulmano anti-ocidental.

Segundo Lewis³³, a ocidentalização de sociedades islâmicas que, primeiramente, era vista com entusiasmo e como uma forma de alcançar riqueza e restaurar a

³² *The Roots of Muslim Rage, passim.*

³³ *Ibid.*

superioridade, deu lugar ao surgimento de hostilidade e rejeição do Ocidente, pois essas sociedades passaram a se sentir subjugadas por uma civilização que elas consideravam ser inferior.

Finalmente, Lewis³⁴ afirma que as sociedades islâmicas atribuem as mudanças drásticas de suas sociedades ao domínio e à influência ocidentais, causando o aumento do repúdio islâmico aos valores ocidentais, o que poderia causar uma nova era de guerras religiosas.

Enfim, Lewis³⁵ procura mostrar que o exacerbado sentimento islâmico anti-ocidental transcende problemas políticos e conflitos governamentais. Em outras palavras, não seriam motivos racionais que desencadeiam a rejeição ao Ocidente, mas uma reação histórica de um antigo rival contra a herança judaico-cristã: um choque de civilizações.

Nesse sentido, no rastro das idéias de Lewis, Huntington aprofundou o estudo e a análise da aplicabilidade do choque de civilizações no mundo contemporâneo, levantando grande polêmica sobre essa questão entre intelectuais, estudiosos, cientistas políticos e acadêmicos que se posicionaram contrariamente à tese do “choque”. A seguir, algumas discussões acerca do tema, que tentaram enfraquecer os argumentos de Huntington.

Edward Said, cristão de raízes palestinas, é um dos críticos mais vigorosos do paradigma civilizacional e definiu Huntington como ousado e visionário.

Para Said³⁶, Huntington falha ao não considerar a dinâmica interna e a pluralidade de cada civilização, pressupondo falar por toda uma civilização ou religião. Said critica a mídia ocidental por rotular e hostilizar o Islã e os muçulmanos em geral, criando uma imagem negativa dessa civilização. Para ele, não se pode condenar o Islã com base em eventos isolados e, a partir de um comportamento reprovável, definir toda uma civilização que compreende mais de um bilhão de pessoas espalhadas por diversos países. Essa diversidade revela que a generalização do Islã é falsa e irresponsável. Said diz que as mídias européias e americanas se utilizam de uma linguagem apocalíptica não para elucidar os fatos, mas sim, para inflamar a paixão indignada dos leitores a pensar no que nós devemos fazer. Essa retórica reducionista seria usada imprópriamente nas guerras do

³⁴ *Ibid.*

³⁵ *Ibid.*

³⁶ The clash of ignorance, *passim*.

Ocidente contra aqueles que o odeiam, que o querem destruir, e acaba facilmente ultrapassando fronteiras, levando à divisão do mundo em campos armados.

Said³⁷ afirma ainda que é muito mais simples mobilizar paixões coletivas por meio de um discurso belicoso do que refletir, examinar, resolver a questão que enfrentamos na realidade, ou seja, a interconexão de inúmeras vidas.

Said³⁸ desaprova o entendimento de Huntington sobre civilização e identidade como sendo entidades estagnadas, fechadas, livres das inúmeras correntes e contracorrentes que animam a história humana e, ao longo dos séculos, permitem o intercâmbio cultural e a troca.

Sob o ponto de vista de Said³⁹, o paradigma do Ocidente contra “o resto” continua sendo o mesmo da Guerra Fria, apenas reformulado. Para ele, Huntington se movimenta em busca de vastas abstrações que podem fornecer uma satisfação momentânea, porém carecem de autoconhecimento e de análise informativa. A tese do “choque de civilizações” seria um artifício que serve mais para reafirmar o orgulho defensivo do que para um entendimento crítico sobre a desconcertante interdependência dos nossos tempos.

Richard Rosecrance, economista e cientista político americano, faz uma análise crítica sobre a força civilizacional face ao poder da economia global⁴⁰. Ele nos desafia a refletir sobre quão dominante é essa força, apesar de concordar com Lewis e com Huntington quando afirma que as diferenças culturais não podem ser ignoradas.

Sob a óptica de Rosecrance⁴¹, Huntington negligencia três fatores cruciais. O primeiro diz respeito a uma análise minuciosa das características de cada civilização. As civilizações tendem a se fragmentar em facções divergentes. As subunidades emergem diluindo a integridade do todo. Para ilustrar essa afirmação, ele lembra o Cristianismo, que foi violentamente dividido pela luta entre católicos e protestantes e permanece assim até hoje. O Budismo também não é uma religião unificada. Dentro do Islamismo, sunitas e xiitas brigam para exercer maior influência. Na verdade, há tantos conflitos dentro das civilizações quanto existem entre elas. Os conflitos entre Taiwan e China, Coreia do Norte

³⁷ *Ibid.*

³⁸ *Ibid.*

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ The Clash of civilizations and the remaking of world order. By Samuel P. Huntington. In: The American Political Science Review, *passim*.

⁴¹ *Ibid.*

e Coréia do Sul, ocorrem dentro da mesma civilização, mas que apresenta importantes diferenças.

Todavia, contemporaneamente, o choque de civilizações é superado muito mais pelo poder da economia global, mais sedutor e difícil de resistir, do que pela força militar. Esse é o segundo fator omitido por Huntington, ou seja, se diferenças culturais em uma mesma civilização são tão poderosas, as forças que as unem militarmente e economicamente também o são. Por exemplo, China e Irã não desconsideram as vantagens econômicas de uma aproximação com os países ocidentais. No sudeste asiático, os membros da ASEAN são budistas, cristãos e muçulmanos. Do mesmo modo, a OCDE e o G-8 englobam diversas culturas. Com isso, Rosecrance chega à conclusão de que os benefícios econômicos de uma associação transcendem as limitações civilizacionais.

Rosecrance⁴² ainda aborda a fragmentação da produção no mundo atual. De fato, a maioria dos países desenvolvidos está descentralizando a fabricação de seus produtos para outras nações, onde os custos com mão-de-obra, impostos e matérias-primas são mais vantajosos. A Alemanha, por exemplo, divide o processo de produção de seus produtos entre os Estados Unidos, o Leste Europeu, a China e o Sudeste Asiático, assim como vários outros países. Excluído dessa relação de produção está o Oriente Médio, onde as nações islâmicas continuam desperdiçando energia em rivalidades regionais, arruinando qualquer perspectiva de desenvolvimento econômico.

Rosecrance⁴³ concorda com Huntington quando reconhece a possível ocorrência de um ressurgimento islâmico, mas conclui essa questão negando a existência, no âmbito econômico ou militar, de qualquer desafiador islâmico ao Ocidente.

A última discordância de Rosecrance com relação à teoria de Huntington é que, para ele, diferenças civilizacionais não estão necessariamente relacionadas a conflitos, sejam eles domésticos ou internacionais.⁴⁴ Se isso fosse verdade, Estados multinacionais ou multilingüísticos não poderiam existir. Do mesmo modo, se diferenças civilizacionais não estão correlacionadas a conflitos, a guerra não é produto dessas diferenças. O grande número de guerras dentro de uma mesma civilização, haja vista a história da Europa, deixa claro que o tema cultural não é a única causa de deflagração de uma guerra, sendo que a

⁴² *Ibid.*

⁴³ *Ibid.*

⁴⁴ *Ibid.*

dimensão econômica e o poder militar exercem enorme influência nas questões de guerra e paz.



4. TURQUIA E UNIÃO EUROPÉIA: O CHOQUE EM EVIDÊNCIA

Entender até que ponto o choque de civilizações explica os conflitos e dissonâncias do mundo atual é uma discussão subjetiva, pois uma resposta a essa questão depende muito mais da percepção particular do observador acerca dos fatos do que do exame objetivo da realidade que se apresenta. Analisar as relações internacionais sob um único prisma, desconsiderando-se a complexidade dos temas envolvidos, pode ser tendencioso. Todavia, examinar os acontecimentos sob um paradigma que esclareça grande parte dos relacionamentos internacionais pode ser o ponto de partida para se compreender o desenrolar da história. O paradigma do choque de civilizações, na minha opinião, não explica todos os fenômenos do mundo moderno, mas creio ser elucidativo e convincente quando o objeto de estudo são os conflitos atuais.

O impacto do choque de civilizações nas sociedades contemporâneas é muito significativo e instiga reflexões sobre a intransigência dos povos e suas várias manifestações. Tome-se como exemplo o caso da Turquia que, em 1999, obteve seu *status* de candidata à adesão na União Européia. Até os dias de hoje, entretanto, enfrenta dificuldades para concretizar esse objetivo. Além de problemas de ordem econômica e social, as diferenças culturais exercem um peso significativo, o que tem impedido seu ingresso no clube das nações européias.

A Turquia, desde os anos 20 do século passado, vem tentando se tornar parte do Ocidente. Mustafá Kemal Atatürk, líder militar e primeiro presidente da República da Turquia, foi o responsável pela criação de um novo país sobre o legado do Império Otomano, dividindo a Turquia entre muçulmanos e laicos. Seu objetivo era criar um Estado turco homogêneo, moderno e ocidentalizado. Para isso, tentou afastar seu povo do passado otomano e muçulmano, impondo uma democracia formal e implantando um sistema secular entre outras medidas reformistas, como a substituição do alfabeto árabe pelo latino. O Ocidente prestou apoio econômico e militar, de modo que, em 1952, a Turquia tornou-se membro da OTAN.

A partir de 1980, a principal meta da política externa turca era ingressar na União Européia, sendo que, em 1987, a Turquia requereu formalmente sua adesão. Desde então, aderiram à União Européia países nórdicos, bálticos e quase todos os do leste europeu, desvanecendo a divisão que existia com a Europa Oriental. Mas por que a Turquia, que pleiteia sua adesão há mais de década, enfrenta tamanha dificuldade para superar esse obstáculo, apesar dos esforços que vem fazendo para cumprir um ambicioso programa de reformas políticas que possibilite sua entrada na UE?

De fato, a participação plena da Turquia na UE parece remota e duvidosa. Os países europeus sempre deram preferência ao ingresso de Estados centro-europeus. A justificativa européia estaria sustentada no fato de que a Turquia tem um baixo nível de desenvolvimento econômico e um fraco desempenho no que se refere a direitos humanos.

No entanto, a verdadeira razão para a criação de obstáculos que impeçam a entrada da Turquia na UE estaria nas diferenças culturais. Os países europeus são cristãos; a Turquia, muçulmana. A aversão ao Islamismo se alastra pela Europa. E, apesar de ser uma democracia secular de mercado aberto, a Turquia enfrenta a intensificação do fundamentalismo muçulmano, que acarreta alterações da postura laica e pró-ocidental das elites turcas e da sua política externa.

Outro fato que comprovaria o impacto cultural nessas duas civilizações seria a atual orientação da política externa turca que desponta para o Leste. Algumas razões explicam essa mudança. Em primeiro lugar, a Turquia já se deu conta de que suas pretensões de ingressar na União Européia, apesar do nítido esforço para estruturar uma democracia e uma economia fortes, têm sido desprezadas principalmente por França e Alemanha. Angela Merkel, chanceler alemã, e Nicolas Sarkozy, presidente da França, são contrários à adesão da Turquia e defendem, alternativamente, uma associação privilegiada. Em segundo lugar, Estados Unidos, antigo aliado de Ancara na OTAN, não tomou medidas satisfatórias para reter os ataques rebeldes curdos, em outubro de 2007. Enquanto soldados turcos estavam morrendo nas rebeliões curdas, uma comissão do Congresso americano aprovava uma proposta que reconheceria como genocídio o massacre de armênios entre 1915 e 1923, o episódio mais controverso da história recente da Turquia.

Tendo em vista as relações oscilantes com o Ocidente, seria natural o distanciamento da Turquia com os EUA e a Europa, e a busca de maior reaproximação

com seus vizinhos do Leste. Seus entendimentos atuais com Síria e Irã, parceiros antigos cujas relações datam da época do Império Otomano, exemplificam muito bem o rearranjo turco de alianças e amizades. Recentemente, os turcos investiram milhões de dólares na construção de um enorme estádio de futebol e de um shopping center em Damasco. A Síria ainda tem o apoio da Turquia nas suas reivindicações sobre as Colinas de Golã, que estão sob controle de Israel desde 1967. Em outubro do ano passado, Ancara recebeu a visita oficial do Presidente da Síria, o que demonstra reciprocidade à aproximação turca. O Presidente sírio, Bashar Assad, declarou que Damasco apoiaria uma eventual incursão turca no norte do Iraque para combater o PKK, Partido dos Trabalhadores Curdo, ação que descreveu como “um direito legítimo turco”.

A aproximação da Turquia com o Irã também se desenrola apesar de forte oposição dos EUA. Os dois países já celebraram vários acordos para projetos conjuntos de produção de energia, e a Turquia se recusou a tomar qualquer medida hostil contra Teerã a respeito do seu programa nuclear.

As relações entre Turquia e Ocidente parecem nitidamente abaladas, mas não perdidas. O partido de Recep Tayyip Erdogan, atual Primeiro Ministro turco, tem raízes islâmicas, apesar de governar de forma laica, haja vista as profundas reformas econômicas e políticas que tem feito. Contudo, os críticos do premiê o acusam de submeter o Estado secular da Turquia a regras islâmicas conservadoras. Para seus adversários, a preocupação maior para Erdogan e seus aliados não seria ingressar na Europa, mas sim, usar a perspectiva da adesão como uma oportunidade conveniente de impor uma agenda religiosa.

Por fim, parece claro que o dilema da entrada da Turquia na UE não recai sobre a convergência econômica, a concordância com uma política monetária e fiscal, a integração em um pacto militar ocidental e a adoção de uma forma de governo democrática. Esses requisitos a Turquia preenche. O problema principal envolve a questão cultural e religiosa.

5. O IMPACTO ECONÔMICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O processo de globalização nos últimos tempos está associado a uma série de transformações do sistema internacional. Por um lado, o aprofundamento da interdependência dos Estados cria novos temas na agenda global, como direitos humanos, terrorismo, migração, desenvolvimento sustentável, entre outros. Por outro lado, a proliferação de novos atores internacionais, como as empresas transnacionais e os organismos internacionais, provocam o enfraquecimento da soberania estatal. O atual sistema internacional é multicêntrico, no qual a autonomia estatal vem sendo diluída pelo surgimento de novas forças sociais. Tendo em vista esse novo contexto da ordem internacional, o paradigma civilizacional seria suficiente para explicar as relações internacionais de um mundo contemporâneo tão complexo? Qual seria o peso do impacto econômico nas relações interestatais?

O choque de civilizações fornece uma convincente explicação para grande parte dos conflitos atuais. Nesse sentido, não é difícil mencionar alguns casos de choque civilizacional que ocorreram nos últimos tempos, alguns deles ainda em andamento, a começar pela questão turca discutida no capítulo anterior, os ataques de 11 de setembro, efetivados por fundamentalistas islâmicos nitidamente em oposição à hegemonia norte-americana, a violência incessante entre judeus e palestinos, os conflitos nos Balcãs que desencadearam a recente declaração de independência de Kosovo, a turbulência que tem ocorrido no Tibete nos últimos dias etc. Porém, diante da complexidade dos fenômenos que vêm acontecendo desde o final da Guerra Fria, o paradigma civilizacional me parece limitado para responder as questões que se apresentam na política internacional.

Sob meu ponto de vista, o relacionamento entre os Estados é fortemente definido pelos interesses econômicos que estão em jogo. As forças de mercado têm importância significativa nas decisões estatais. Economia e política estão sensivelmente ligadas e, diante dessa lógica, os Estados se vêem obrigados a se enquadrar em políticas econômicas a fim de não serem prejudicados pela economia global.

A maior interdependência atual leva os Estados a cooperar entre si e a buscar a criação de regimes internacionais nas mais diversas áreas. Conflitos entre civilizações ou entre Estados causam instabilidade econômica e política que qualquer governo racional busca evitar. As questões econômicas são preocupações cruciais dos governos que procuram transmitir uma imagem de credibilidade aos outros países.

Para exemplificar o forte impacto econômico nas relações internacionais, basta olhar para a China e verificar que grande parte de seus investimentos estão na Europa, seu mercado é aberto para a entrada de capital internacional, além de que ela exporta para o mundo inteiro. Outro exemplo de cooperação entre civilizações diferentes são os altos investimentos americanos no Japão que possibilitaram o rápido crescimento desse país.

Há outros casos que demonstram o aspecto econômico sobrepujando diferenças civilizacionais, como se vê com a disseminação das redes de *fast food* espalhadas pelos quatro cantos do mundo ou a expansão de filmes e músicas que acabam homogeneizando certos valores.

A identidade cultural e civilizacional sempre foram e continuam sendo o pano de fundo dos relacionamentos entre as pessoas. Concordo com Wendt quando afirma que, no plano individual,

*Nem somos amigos nem inimigos de todos. Isso quer dizer que, no processo de construção de nossa identidade, tendemos a nos aproximar daqueles que, de alguma forma, possuem características em comum com cada um de nós. Ao mesmo tempo, tendemos a nos afastar de pessoas cujas características pessoais tendem a se opor à forma como nos vemos (nossa identidade).*⁴⁵

Assim ocorreria também no plano interestatal.

No entanto, num mundo cada vez mais globalizado, a economia passa a ter expressiva influência nas relações internacionais, de modo que as diferenças civilizacionais deixam de ser o determinante primordial das decisões políticas. As relações econômicas internacionais assumem um papel fundamental na nova ordem internacional, deixando a identidade cultural em segundo plano.

⁴⁵ Alexander Wendt. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, v. 46, n. 2, primavera de 1992, *apud* Gilberto Sarfati. *Teoria das Relações Internacionais*, p. 262.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos de auto-afirmação de identidade e o ressurgimento religioso vêm crescendo no mundo desde o último quarto do século XX. Simultaneamente, a globalização se intensifica, diminuindo as distâncias e colocando as sociedades cada vez mais em contato umas com as outras. Se por um lado a globalização integra os países, universaliza valores e pressiona para uma homogeneização mundial, por outro ela fragmenta os Estados, incita o fortalecimento de identidades tradicionais e discrimina os fortes dos fracos. É esse sistema internacional em constante mudança que desafia especialistas e intelectuais a encontrar explicações para as principais causas dos conflitos e associações dos dias de hoje.

O paradigma civilizacional de Huntington fornece uma análise dos conflitos contemporâneos através de argumentação sólida sobre a construção da política internacional, baseada na associação dos países culturalmente semelhantes e distanciamento dos desiguais. Sua teoria é consistente e serve para explicar grande parte dos acontecimentos que vêm ocorrendo desde o fim da Guerra Fria, entretanto, conforme algumas críticas, sua teoria falha ao desconsiderar as idiossincrasias de cada civilização, além de omitir a relevância do caráter econômico que move os interesses nacionais.

De modo geral, as civilizações não-ocidentais se opõem à atual cultura dominante do Ocidente, à imposição dos valores seculares e democráticos que são apresentados como valores verdadeiros e universais, capazes de gerar progresso e riqueza aos Estados. Essa postura arrogante causa ressentimento e repúdio que favorecem o surgimento dos movimentos de reafirmação nacional.

É certo também que, além de divergências culturais entre países pertencentes a diferentes civilizações, um grande número de guerras civis ocorre no seio de Estados divididos culturalmente, como no Sudão e no Quênia, onde a divisão muçulmano-cristã existente em cada um deles gera tensões, ou na Índia, dividida entre muçulmanos e hindus, são apenas alguns exemplos.

Essa intolerância em relação às diferenças culturais é apenas a origem de várias outras questões a serem enfrentadas no mundo moderno. A hostilidade entre as civilizações encoraja o terrorismo, não permite a incorporação do imigrante na cultura local, incita atos de discriminação, enfim, corrobora o “choque de civilizações”.

No entanto, estamos falando de um mundo globalizado, cujas sociedades estão cada vez mais interdependentes. Um mundo onde prevalece uma economia de mercado, impulsionadora do comércio internacional, dos fluxos de capital e das cadeias produtivas transnacionais. Sob essa perspectiva, a dinâmica transnacional do mundo globalizado exerce poderosa influência na política internacional, de modo que a guerra seria o último recurso utilizado por um Estado racional.

Finalmente, parece-me que o choque de civilizações é resultado da deficiência dos Estados em suprir os indivíduos com as condições sociais e políticas fundamentais para uma vida digna. Ele é uma resposta à desigualdade social e à má governabilidade incapaz de satisfazer as necessidades básicas da humanidade.

BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 10 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5ª ed., Brasília: Ed. UnB, 1993, 2v.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Brasília: Instituto Nacional do Livro – Ministério da Educação e Cultura, 1973, 766 p., 2v.

DURANT, Will. **História da civilização: 1ª parte nossa herança cultural**. Trad. Gulnara de Moraes Lobato. Tomo 1º. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

FOX, Jonathan. Two civilizations and ethnic conflict: Islam and the West. In: **Journal of Peace Research**, vol 38, no. 4, 2001, p. 459-472.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man** [O fim da história e o último homem]. New York: The Free Press; Toronto: Maxwell Macmillan Canada, 1992, 418 p.

HENDERSON, Errol A.; TUCKER, Richard. Clear and present strangers: the clash of civilizations and international conflict. In: **International Studies Quarterly**, vol 45, no. 2, jun/2001, p. 317-338.

HUNTINGTON, Samuel P. The Clash of Civilizations? In: **Foreign Affairs**, vol 72, no. 3, 1993, p. 22-49.

_____. If not civilizations, what? In: **Foreign Affairs**, vol 72, no. 5, nov/dez, 1993.

_____. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Trad. M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, 455 p.

LEIKEN, Robert S. Europe's angry Muslims. In: **Foreign Affairs**, July/August, 2005. Disponível em: <E:\europe-s-angry-muslims.html> Acesso em: 18/02/2008.

LEWIS, Bernard. The Roots of Muslim Rage. In: **The Atlantic Monthly**, vol. 266, 3, setembro, 1990, p. 47-60.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Cultura e poder**. 2ª ed. rev. e atual, São Paulo: Saraiva – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2007, 152 p.

MATLOCK JR., Jack F. Can civilizations clash? In: **Proceedings of the American Philosophical Society**, vol 143, No. 3, Sep., 1999, p. 428-439.

MATTHEWS, Owen; KOHEN, Sami. The true Turkish believer. In: **Newsweek**, 09/02/2008. Disponível em: <http://www.newsweek.com/id/109544> Acesso em: 19/03/2008.

MATTHEWS, Owen; WALLS, Seth Colter. It's not about the West. In: **Newsweek**, 27/10/2007. Disponível em: < <http://www.newsweek.com/id/62255>> Acesso em: 19/03/2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 13 ed, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988, 701 p.

MOISI, Dominique. The clash of emotions: fear, humiliation, hope, and the new world order. In: **Foreign Affairs**, vol 86, no. 1, jan/fev, 2007, p. 8-12.

ONEAL, John R.; RUSSET, Bruce M. A response to Huntington. In: **Journal of Peace Research**, vol 37, no. 5, 2000, p. 611-612.

REALE, Miguel. Teoria do direito e do Estado. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1940, 337 p.

ROSECRANCE, Richard. The Clash of civilizations and the remaking of world order. By Samuel P. Huntington. In: **The American Political Science Review**, vol. 92, no. 4, Dec., 1998, p. 978-980.

RUBENSTEIN, Richard E.; CROCKER, Jarle. Challenging Huntington. In: **Foreign Policy**, no. 96, autumn, 1994, pp. 113-128.

SAID, Edward W. The clash of ignorance. In: **The Nation**, 22-10-2001. Disponível em: < <http://www.thenation.com/doc/20011022/said>> Acesso em: 30/10/2007.

SAMPAIO, Fernando G. **O choque das civilizações: as conseqüências desta ideologia nas disputas de poder no séc. XXI.** 2001. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/esge/choque_civilizacoes.pdf> Acesso em: 07/03/2008.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2005, 383 p.

THE ECONOMIST. The new wars of religion. 3-9 de novembro, 2007.

TUSICISNY, Andrej. Civilizational conflicts: more frequent, longer, and bloodier? In: **Journal of Peace Research**, vol 41, no. 4, Jul. 2004, p. 485-498.

VICENZI, Roberta Aragoni Nogueira. **Percepções sobre a islamização da política.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, 140 f.